

Violência contra a mulher: uma pesquisa empírica sobre regras descritivas comuns na sociedade ocidental

(Violence against women: an empirical research about descriptive rules common in Western society)

Holga Cristina da Rocha Gomes & Nazaré Costa¹

Universidade Federal do Maranhão
(Brasil)

RESUMO

Este trabalho objetivou verificar a concordância dos participantes com regras descritivas comuns na sociedade ocidental que se relacionam à violência contra a mulher a partir de questionários aplicados a 252 estudantes universitários e indivíduos não universitários de ambos os sexos. O questionário (*ad hoc*) continha 25 diferentes sentenças afirmativas contendo regras descritivas sobre violência contra a mulher, comuns na comunidade verbal ocidental. O mesmo deveria ser respondido em uma escala (discordo totalmente, concordo em parte e concordo totalmente). Além disso, o participante deveria indicar se conhecia alguém que concordava com a afirmativa e, caso quisesse, poderia fazer algum comentário. Para a análise dos dados foram utilizados os testes *t de Student* e *r de Pearson*. Verificou-se que os homens não universitários apresentaram maior concordância com as afirmativas apresentadas. A variável escolaridade foi estatisticamente significativa para 20 afirmativas, enquanto a variável gênero foi estatisticamente significativa para 17 das 25 afirmativas do questionário. Foi encontrada correlação negativa entre o nível de escolaridade e a concordância com as afirmativas do questionário. A maioria dos participantes ainda afirmou conhecer alguém que concordava com as afirmativas propostas. Os dados sugerem que o nível de escolaridade é preponderante em relação ao gênero quanto à concordância com as regras que de algum modo se relacionam à manutenção da violência contra a mulher.

Palavras-chave: Violência contra a mulher. Ciúme. Regras. Análise do Comportamento. Escolaridade.

ABSTRACT

The study's aim was to investigate the participants' agreement with descriptive rules common in Western society that relate to violence against women from questionnaires administered to 252 college students and non-university individuals of both sexes. The questionnaire (*ad hoc*) contained 25 statements that should be answered on a scale, as well as if the participant knew or not knew someone who agreed with what was

1) Endereço para contato: Rua 1, Quadra 1, Casa 27, Jardim Araçagy I, Cohatrac. São José de Ribamar – Maranhão, CEP: 65110-000. Telefone: (55) 98-32386641.

described in each of them, with the possibility of the participant to make a comment (not mandatory) in each affirmative. To analyze the data was used the *t Student* and *r Pearson*. It was found that non-university men had higher agreement with statements related to the rules that legitimize the patriarchal family model, female culpability for aggression and jealous emotional behavior relationship between and violence. The education variable was statistically significant for 20 affirmative, while the gender variable was significant statistically for 17 of the 25 statements in the questionnaire. It was also observed that there was a negative correlation between education level and agreement or disagreement with the statements of the questionnaires. It was also observed that there was a negative correlation between education level and agreement or disagreement with the statements of the questionnaires. Furthermore, in general, most participants said they knew someone who agrees with affirmative proposals. The data suggest that the level of education is predominant in relation to gender regarding the agreement or not with the rules that somehow relate to the maintenance of violence against the women.

Keywords: Violence against the women. Jealousy. Rules. Behavior Analysis. Level of schooling.

A pesquisa a ser descrita nesse artigo é parte da produção do Grupo de Pesquisa em Violência contra a Mulher e Ciúme (GPVC), vinculado ao curso de Psicologia da Universidade Federal do Maranhão, e que, sob o enfoque analítico-comportamental, visa ampliar as discussões teóricas acerca do ciúme – denominado por Costa e Barros (2010) comportamento emocional ciumento – e da violência contra a mulher.

A violência sofrida pelas mulheres, que já é considerada questão de saúde pública, ocorre em alta magnitude e esses episódios de violência mostram caráter muitas vezes grave e repetitivo, revelando a desigualdade nas relações de gênero. As consequências se estendem à saúde física, psicológica e reprodutiva das mulheres e podem permanecer mesmo após a cessação dos atos de violência (Schraiber et al., 2007).

A *Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência Contra a Mulher*, mais conhecida como *Convenção de Belém do Pará* (1994), define violência contra a mulher como “qualquer ato ou conduta baseada no gênero, que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher, tanto na esfera pública como na esfera privada” (n.p, itálico nosso).

Essa definição é muito semelhante à encontrada na *Lei Maria da Penha*, contudo, nessa última ressalta-se a violência cometida no âmbito doméstico, enquanto aquela abarca a violência cometida por qualquer pessoa, incluindo o Estado. Aqui será investigada especificamente a violência cometida por parceiro íntimo.

Destaca-se que essas definições têm ressaltado as diferenças de gênero como fator de risco para a ocorrência de violência contra a mulher perpetrada por parceiro íntimo (Gomez, Speizer, & Moracco, 2011). Em uma revisão de literatura sobre as principais teorias explicativas acerca da etiologia da violência contra a mulher, Woodin e O’Leary (2009) apontaram que indivíduos que aderem aos padrões de gênero “machistas” são mais propensos a se envolverem em uma ampla variedade de comportamentos agressivos.

Segundo Sant’Ana (2003), gênero pode ser definido como um conjunto de padrões comportamentais que são considerados apropriados a cada sexo em uma determinada cultura e momento histórico. O grupo social atua de forma acentuada, desde o nascimento, fazendo com que meninas e meninos assimilem os padrões comportamentais apropriados a cada um, respectivamente. Com o passar do tempo essa pressão social vai se tornando cada vez mais sutil, mas sempre mantida pelos agentes socializadores, como, por exemplo, familiares, amigos, livros, propagandas, escola e também pela igreja.

Pode-se inferir que muitos desses padrões são ensinados por regras descritivas (definido posteriormente), que não especificam um ouvinte em particular, como por exemplo, “Mulher tem que cuidar da casa e dos filhos” e “Moça de família não namora vários homens”.

Fontana e Santos (2001) já haviam atentado para esse fato quando argumentaram que “a violência contra mulher encontra ‘justificativa’ em normas sociais baseadas nas relações de gênero, ou seja, em regras que reforçam uma valorização diferenciada para os papéis masculino e feminino” (p. 5).

Sinclair (2010) ainda destaca algumas regras descritivas difundidas em nossa sociedade que contribuem para que a mulher permaneça em um relacionamento abusivo. De maneira geral essas regras podem ser agrupadas em quatro categorias: (a) papel tradicional feminino, por exemplo, “A carreira da mulher deve ser secundária a do marido”; (b) privacidade do lar, exemplo “Em briga de marido e mulher ninguém mete a colher”; (c) modelo ideal de família intacta, exemplo “Um casamento infeliz é melhor que um lar desfeito”; e (d) culpa da vítima, exemplo “Se a mulher apanhou, alguma coisa ela fez por merecer”.

Além disso, existem regras em relação ao ciúme, um dos fatores mais comumente apontado como causa da violência perpetrada por parceiro íntimo (e.g. Flynn & Graham, 2010; Gomez, Speizer, & Moracco, 2011; Adeodato, Carvalho, Siqueira, & Souza, 2005). Segundo Ferreira-Santos (2003), o “ciúme”², na cultura latina, está frequentemente relacionado ao amor, portanto aquele que ama deve sentir ciúme e aquele que não o sente, não ama verdadeiramente seu parceiro.

Na Análise do Comportamento, os sentimentos (como o ciúme) não são causas, mas fenômenos comportamentais que precisam ser explicados e não são a explicação para outros comportamentos (Guimarães, 2003).

Lacerda (2010) e Trovão (2011), a partir de pesquisas realizadas com mulheres vítimas de violência cometida por seus parceiros, propuseram que o comportamento emocional ciumento (“ciúme”) não seja considerado evento causal, tampouco evento antecedente do comportamento violento contra a mulher, e sim que a agressão pode ser entendida como uma topografia daquele.

Costa e Barros (2010) propuseram uma definição operacional para o “ciúme”, descrevendo-o como um evento comportamental que envolve componentes eliciados (alterações fisiológicas, como mudança no batimento cardíaco, sudorese) e operantes (como fazer perguntas ao parceiro, impedir que saia sem o parceiro), tendo como antecedente uma situação de competição com um rival por reforçadores e como eventos consequentes o afastamento do rival ou atenuação da situação de competição e/ou ainda atenção social.

Assim, o componente operante do comportamento emocional ciumento proposto por Costa e Barros (2010) pode incluir diversas formas ou topografias de respostas como: checar emails e ligações do parceiro, tentar impedir que o parceiro saia com determinada roupa e respostas agressivas ou violentas, dentre outras.

Puente e Cohen (2003) sugerem que quando comportamentos violentos ocorrem em uma relação romântica em um contexto de “ciúme”, o mesmo é associado ao amor e há minimização dos atos violentos, sendo muitas vezes justificável.

De acordo com Paracampo, Albuquerque, Carvalló e Torres (2009) “regras podem tanto evocar comportamento, determinando a sua topografia e a sua probabilidade de ocorrência, quanto estabelecer a função de um estímulo, como a reforçadora, a aversiva e a discriminativa” (p. 108).

As regras podem ser classificadas como descritivas ou prescritivas. As descritivas são aquelas que não especificam o comportamento que produz reforço ou, quando especifica o comportamento, não especifica um ouvinte em particular que deve emitir o comportamento descrito na regra. Já as prescritivas explicitam um dado comportamento a ser emitido por um ouvinte específico (Paracampo, Albuquerque, Carvalló, & Torres, 2009).

Ditados populares e fábulas são exemplos de regras descritivas. A sentença “Alagoas tem o litoral mais bonito do Brasil” não está especificando um comportamento em particular que produzirá reforço, já

2) A partir desse ponto o termo ciúme será empregado entre aspas para indicar que a compreensão das autoras acerca desse fenômeno é de um evento comportamental, assim como proposto por Costa e Barros (2010).

a sentença “As pessoas deveriam visitar o litoral de Alagoas, pois é o mais bonito do Brasil” especifica o comportamento – visitar Alagoas – mas não se dirige a um ouvinte em particular. Ambas são exemplos de regras descritivas e podem controlar o comportamento das pessoas.

É nesta perspectiva que os objetivos centrais desse estudo consistiram em verificar a concordância dos participantes com regras descritivas comuns na sociedade ocidental que se relacionam à violência contra a mulher e identificar se há diferenças nas respostas em função das variáveis gênero e nível educacional.

MÉTODO

Participantes

Participaram da pesquisa 252 indivíduos com idade entre 18 e 40 anos. Metade da amostra foi composta por estudantes universitários recrutados na Universidade Federal do Maranhão, com média de idade de 22 anos, e a outra metade de não universitários (indivíduos que estudaram até no máximo o ensino médio ou técnico) recrutados nos mais diversos locais públicos, como praças, ruas, parques, com média de idade de 28 anos. Em cada um desses dois subgrupos metade foi do gênero feminino e a outra do masculino.

Instrumentos

Para esta pesquisa foram utilizados o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e um questionário (*ad hoc*), o qual abrangia, na primeira parte, informações gerais dos participantes (idade, sexo, curso de graduação, escolaridade, renda, dentre outros), enquanto a segunda parte apresentava 25 sentenças afirmativas.

Essa última parte do questionário foi baseada no “Questionário sobre crenças a respeito de violência doméstica” de Williams (2010), presente em Williams, Maia e Rios (2010), do qual foram extraídas sete afirmativas (1, 2, 3, 8, 14, 15 e 24) e as afirmativas 7 e 13 também foram elaboradas a partir do mesmo instrumento; foram excluídas, por exemplo, questões sobre presença dos filhos durante os episódios violentos e sobre denúncias de agressão, que não atendiam aos objetivos dessa pesquisa. As demais afirmativas foram elaboradas com base na literatura sobre violência (Sinclair, 2010) e ciúme (Lacerda, 2010, Ferreira-Santos, 2003).

Cada sentença era constituída de três opções de respostas em uma escala em que a intensidade variava de 1 (discordo totalmente) a 3 (concordo totalmente). O participante ainda tinha a possibilidade de tecer algum comentário a cada uma das proposições e deveria responder se conhecia alguém que concordava com aquela afirmativa.

Procedimento

As 25 sentenças contidas no questionário foram distribuídas em oito categorias elaboradas pelas autoras desse trabalho e avaliadas por sete membros do GPVC, que funcionaram como os juízes definidos por Pasquali (1998, s/p.) como aquelas pessoas que avaliam “a pertinência dos itens ao construto que representam”, neste caso, ajuizar se as afirmativas estavam se referindo ou não aquela categoria. Para que permanecesse ou fosse alterada a categorização inicial era necessário uma concordância acima de 80%.

Dessas, quatro (*papel tradicional feminino e masculino, privacidade da relação, modelo de família intacta é o ideal e responsabilidade da vítima*) foram baseadas nas proposições de Sinclair (2010), enquanto quatro (*ciúme relacionado ao amor, ciúme relacionado à violência, justificativa para a violência e outros*)

foram elaboradas para atender às principais justificativas comumente apontadas para a violência contra a mulher (ver Quadro 1).

Quadro 1. Definição de categorias e distribuição das afirmativas do instrumento nas respectivas categorias.

<i>Categorias</i>	<i>Frases do questionário</i>
Papel tradicional feminino e masculino Referem-se às regras sociais que ao longo do tempo tem atribuído uma determinada função a mulher e ao homem, levando em consideração apenas o sexo e não fatores individuais, e que seguem especialmente o modelo patriarcal de família.	4. É dever da mulher ficar ao lado do marido, em qualquer circunstância. 5. A carreira da mulher deve ser secundária a do marido, pois ela deve preocupar-se com a família e a casa. 12. A mulher deve fazer de tudo para fazer o relacionamento dá certo. 16. A principal função da mulher é cuidar do lar, enquanto que a do homem é ser o provedor. 19. A mulher deve ser protegida por seu parceiro. 20. Espera-se que o homem seja mais enérgico em suas atitudes, pois ele deve ser o chefe da família. 21. O companheiro tem o direito de impedir sua mulher de usar determinadas roupas.
Privacidade da relação Regras sociais baseadas na concepção de que tudo o que ocorre na relação do casal e/ou na família não pode ser levado a público e ninguém fora desta relação tem o direito de intervir.	8. Em briga de marido e mulher não se deve meter a colher. 10. Roupa suja se lava em casa.
Modelo de família intacta é o ideal Abrangem as regras sociais que primam pela união da família acima de qualquer interesse particular dos membros, como felicidade e segurança.	18. Um casamento infeliz é melhor que um lar desfeito.
Responsabilidade da vítima São ditas das regras sociais que responsabilizam a mulher, parcialmente ou totalmente, pelo ato violento do qual fora ou é vítima, por algo que ela fez ou supostamente o fez ou que derive do fato de ser mulher.	1. Se uma mulher apanhou alguma coisa ela fez por merecer. 3. Mulher precisa apanhar para se manter na linha. 11. Se a mulher dá sinais de interesse por outro homem é aceitável que o companheiro se altere e agrida a mulher. 13. A mulher provoca ao querer sair sozinha. Não é a toa que o homem é violento. 15. Mulher gosta de apanhar. 17. Mulher que tem muito amigo homem deve ser mantida em “rédea curta”. 24. A mulher que apronta e deixa o homem bravo encoraja a violência doméstica.

<i>Categorias</i>	<i>Frases do questionário</i>
Ciúme relacionado ao amor Regras sociais que tem como cerne a defesa de que o ciúme é um componente do amor e vice-versa.	9. Ciúme é o tempero do amor. 22. Só sente ciúme aquele que quer proteger a quem ama.
Ciúme relacionado à violência Referem-se às regras sociais que justificam a violência contra a mulher em função do ciúme, o ciúme não será considerado dentro da categoria justificativa, pois aqui a violência será considerada uma topografia daquele.	6. Ele só é agressivo porque não quer perder a companhia. 23. Quando se sente ciúme é inevitável perder a cabeça.
Justificativa para a violência Compreende as regras sociais que apresentam motivos que expliquem ou que contribuam em alguma medida para a conduta violenta do homem, exceto aquelas que envolvam “ciúme”.	2. É a crise, o desemprego e a constante falta de dinheiro, uma das principais razões que faz com que o homem seja violento em casa. 7. Geralmente o homem que bate na mulher está sob efeito do álcool ou outras drogas.
Outros Demais regras sociais que não puderam ser inseridas nas categorias anteriores.	14. Em uma mulher não se bate nem com uma flor. 25. A pessoa está certa em desconfiar se o seu parceiro não demonstra ciúme.

Após a aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa (protocolo 23115-013377/2011-06) iniciou-se a coleta dos dados, que ocorreu individualmente e em pequenos grupos (no máximo seis pessoas) e consistiu inicialmente na apresentação e assinatura do TCLE. Posteriormente, o questionário foi entregue ao participante que foi instruído a responder todas as perguntas e afirmativas, assinalando aquela que mais se ajustasse aquilo em que acreditava.

A pesquisadora foi ajudada por sete membros do GPVC. Essas auxiliares de pesquisa foram instruídas quanto aos critérios de participação, sobre o objetivo da pesquisa e preenchimento do questionário.

Análise de dados

Os dados foram analisados quantitativamente, através do *Statistical Package for Social Sciences* (SPSS), versão 15.0 para Windows, e qualitativamente. As análises descritivas (frequência e percentual) foram realizadas para os dados sociodemográficos e para contabilização das respostas dos participantes frente às 25 afirmativas (ou frases) da segunda parte do questionário. Essa última foi analisada a partir das categorias formuladas, as quais encontram-se descritas no Quadro 1.

Após essa fase, foi realizada análise correlacional bivariada através do teste *r* de Pearson buscando identificar se as variáveis escolaridade (para esse teste foram considerados os níveis ensino fundamental incompleto e completo, ensino médio incompleto e completo e universitário) e gênero (masculino e feminino) possuíam alguma relação com as situações propostas, bem como para verificar a direção da relação.

A correlação foi considerada forte para a variável escolaridade quando $r \geq 0,30$, visto que não foram encontradas pesquisas semelhantes que tenham usado um valor de *r* e pelas diferenças dentro da amostra, já que não estavam divididos igualmente quanto aos níveis de escolaridade descritos acima. Para que fosse considerada uma correlação forte, em relação ao gênero, o valor de *r* deveria ser maior ou igual a 0,40.

Foi considerado um valor maior para essa variável pela amostra ser igualmente dividida entre homens e mulheres.

O teste *t de Student* foi utilizado para verificar se homens e mulheres e não universitários e universitários apresentavam diferença estatisticamente significativa em relação à concordância com as afirmativas propostas. Consideraram-se estatisticamente significativas as diferenças com $p < 0,05$.

A análise qualitativa foi realizada discutindo-se os dados, sobretudo, a partir do modelo de seleção por consequências.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

As afirmativas contidas no questionário foram analisadas em percentil a partir das oito categorias apresentadas anteriormente.

Como se pode observar na Tabela 1, houve baixa concordância com as sentenças propostas no questionário. As categorias com maior nível de concordância foram respectivamente a categoria *Outros* (47%) e *Privacidade da relação* (45%).

Tabela 1. Média das respostas quanto à concordância com as afirmativas de acordo com as categorias (n = 252).

<i>Categorias</i>	<i>Concordância total</i>	<i>Concordância parcial</i>	<i>Discordância total</i>
Papel tradicional feminino e masculino	26,3%	35,8%	37,9%
Privacidade da relação	45%	36,1%	18,9%
Modelo de Família intacta é o ideal	7%	19%	74%
Responsabilidade da vítima	6,1%	19,4%	74,5%
Ciúme relacionado ao amor	13,5%	41,4%	44,6%
Ciúme relacionado à violência	6,4%	21,6%	72%
Justificativa para a violência	9,6%	36,7%	53,7%
Outros	47%	22,4%	30,5%

Contudo, destaca-se que na categoria *Outros*, a média não é uma medida representativa dos dados, visto que os valores de concordância de cada sentença foram discrepantes, pois enquanto 81,3% dos participantes concordaram totalmente com a frase 14 (“Em uma mulher não se bate nem com uma flor”), apenas 12,7% concordaram totalmente com a frase 25 (“A pessoa está certa em desconfiar se o seu parceiro não demonstra ciúme”).

Já com relação à categoria *Privacidade da relação* que obteve o menor índice de discordância total (18,9%), Sinclair (2010) destaca que regras desse tipo contribuem para que as mulheres não procurem ajuda, e/ou que terceiros não interfiram, já que os problemas familiares são tidos como particulares à família. Como se observa nos seguintes comentários: P112 (MU)³ – “Não deve-se expor a família. Deve-se resolver em casa”; P55 (HU) – “Porque assunto de casa não tem que ser tratado fora da mesma”; P153 (HNU) – “Outras pessoas não tem nada a ver”.

3) Para descrição dos comentários, os participantes serão identificados com a letra maiúscula “P” seguida do número do questionário do participante. Além disso, eles serão identificados quanto ao sexo, “H” para homens e “M” para mulheres, e quanto à escolaridade, “U” para universitários e “NU” para não universitários.

Avaliando esses resultados para cada afirmativa, foi possível identificar um maior nível de concordância (58,3%) com a frase 10 (“Roupa suja se lava em casa”). Talvez isso tenha ocorrido porque essa regra parece estar mais associada a discussões verbais, enquanto a afirmativa 8 (“Em briga de marido e mulher não se deve meter a colher”) que obteve 31,7% de concordância total faz uso do termo “briga” o que pode ser associado à violência física.

Os comentários de alguns dos participantes corroboram com essa análise: P130 (HNU) discorda totalmente da frase 8 (“Em briga de marido e mulher não se deve meter a colher”) e comenta “Se a mulher estiver apanhando alguém pode intervir”, enquanto concorda totalmente com a frase 10 (“Roupa suja se lava em casa”). Também a P69 (MU) apresenta resposta semelhante ao discordar totalmente da frase 8 e comentar “É seu dever como cidadão lutar pela integridade do próximo”, ao mesmo tempo em que concorda totalmente com a frase 10 e comenta “Acho que os problemas familiares devem ser resolvidos com a própria família”.

Esses dados parecem sugerir que quando ocorre ou há iminência de agressão física, deve-se interferir na discussão do casal, o que negligencia outras formas de violência, como a psicológica e moral. Porém, segundo Deeke (2007) e Krug, Dahlberg, Mercy, Zwi e Lozano (2002), pesquisas indicam que muitas mulheres consideram a violência psicológica mais intolerável que a física.

As categorias em que o nível de discordância total esteve abaixo de 50% foram *Papel tradicional feminino e masculino* (37,9%) e *Ciúme relacionado ao amor* (44,6%).

Uma das afirmativas em que houve um dos menores índices de discordância total, na categoria *Papel tradicional feminino e masculino*, foi a 20 (“Espera-se que o homem seja mais enérgico em suas atitudes, pois ele deve ser o chefe da família”) com 24,2%. Esse resultado está de acordo com a construção social do gênero masculino, a qual está associada “a papéis como provedor e chefe da casa, virilidade, coragem e agressividade” (Gomes, Diniz, Araújo, & Coelho, 2007, p. 505).

Zaleski, Pinsky, Laranjeira, Ramisetty-Mikler e Caetano (2010) apontam que frequentemente os homens utilizam a violência com o objetivo de intimidar a parceira e mostrar sua autoridade, o que está de acordo com o papel tradicional masculino de chefe da casa, virilidade e agressividade descrito acima e que são reforçados desde o nascimento pelos membros da comunidade (Sant’Ana, 2003; Correia & Borloti, 2011).

Já em relação às mulheres, espera-se fragilidade, sensibilidade, passividade e obediência (Gomes, Diniz, Araújo, & Coelho, 2007), o que pode explicar o alto índice de concordância total (68,3%) com a frase 19 (“A mulher deve ser protegida por seu parceiro”) dessa categoria.

Os comentários a seguir foram feitos sobre a afirmativa 13 (“A mulher provoca ao querer sair sozinha. Não é a toa que o homem é violento”) e demonstram a submissão feminina: P243 (MNU) – “Sim, quando a mulher casa é p/ sair com o marido”; P246 (MNU) – “Se o homem é violento a mulher tem que deixar de sair”.

Em relação à categoria *Ciúme relacionado ao amor*, Ferreira-Santos (2003) afirma que “ciúme” e amor aparecem frequentemente relacionados durante a história da humanidade (ainda presente na cultura brasileira, como pode ser observado em músicas nacionais), em que a própria definição etimológica do termo “ciúme”, encontrada no dicionário da língua portuguesa, evidencia essa relação.

Puente e Cohen (2003) realizaram um estudo com estudantes de Psicologia, os quais ouviram uma gravação em que um homem era entrevistado sobre os últimos conflitos que teve com a sua esposa. Alguns áudios continham uma discussão em um contexto de “ciúme” e outros em um contexto de não “ciúme”. Quando o conflito relatado pelo homem ocorria em um contexto de “ciúme”, o homem era descrito como mais amoroso que o homem não ciumento que não agride a esposa. Na situação em que o homem relatava ter abusado da esposa, estuprando-a, após uma discussão em um contexto de “ciúme”, 96% dos estudantes responderam que a mulher não deveria denunciar o companheiro. De maneira geral, os resultados mostraram que os comportamentos violentos descritos em um contexto de “ciúme” perdem sua negatividade e são justificáveis, visto que eles seriam um indicativo de amor.

Quando as médias de concordância e discordância total são comparadas com as variáveis gênero e escolaridade, tem-se que as mulheres universitárias, de maneira geral, discordaram mais das afirmativas propostas nas categorias *Papel tradicional feminino e masculino*; *Privacidade da relação*; *Modelo ideal de família intacta*; *Responsabilidade da vítima*; e *Ciúme relacionado à violência*. Inversamente, os homens não universitários foram os que mais concordaram com as afirmativas propostas.

Esses resultados foram testados estatisticamente, e observou-se que a variável escolaridade foi estatisticamente significativa para 20 afirmativas (com exceção das sentenças 2, 7, 14, 15 e 19), enquanto a variável gênero foi estatisticamente significativa para 17 (com exceção das sentenças 2, 3, 9, 11, 13, 14, 19 e 23) das 25 afirmativas do questionário. Foi encontrada correlação forte (negativa) apenas para a variável escolaridade, de modo que quanto menor o nível de escolaridade, maior a concordância com as sentenças.

A partir desses dados, infere-se que a escolaridade parece assumir papel preponderante quanto à concordância ou não com regras sociais que, de algum modo, se relacionam à manutenção da violência contra a mulher.

Se, por um lado, houve baixos índices de concordância total com as frases, por outro, a grande maioria afirmou conhecer alguém que concorde com as afirmativas apresentadas, como pode ser visto na Tabela 2.

Tabela 2. Média das respostas quanto a conhecer alguém que concorde com as afirmativas de acordo com as categorias (n = 252).

<i>Categorias</i>	<i>%</i>
Papel tradicional feminino e masculino	83,8
Privacidade da relação	91,9
Modelo de família intacta é o ideal	67,1
Responsabilidade da vítima	63,5
Ciúme relacionado ao amor	80,0
Ciúme relacionado à violência	54,3
Justificativa para a violência	64,1
Outros	82,3

Os dados dessa tabela são de extrema importância, uma vez que parecem evidenciar que os participantes podem ter respondido ao questionário sob controle de aprovação social das auxiliares de pesquisa, respondendo, quando a pergunta era diretamente para si, o que seria considerado “correto” pela cultura (evidenciado pelo baixo índice de concordância total). Já quando a pergunta foi direcionada a identificar se um conhecido do participante concordava com as regras descritivas sobre violência contra a mulher, a concordância com as afirmativas em cada categoria foi explícita, variando entre 54,3% a 91,9%.

Algumas explicações para a violência contra a mulher mencionadas pelos participantes através dos comentários foram referentes:

- a) Ao caráter/natureza do homem (internalismo): P238 (MNU) – “Ele é agressivo pq é ruim msm”; P12 (HU) – “Se é agressivo pela natureza dele”, acerca da frase 6; P6 (HU) – “Já vem da natureza da pessoa”, sobre a frase 2 (“É a crise, o desemprego e a constante falta de dinheiro, uma das principais razões que faz com que o homem seja violento em casa”).
- b) À educação (aprendizagem): P22 (HU) – “Violência é ligada a educação, não a condição econômica”; P46 (HU) – “É a criação da família que faz com que o homem tenha essa reação”; P11 (HU) – “Vem da criação da pessoa”.

Janssen, Nicholls, Kumar, Stefanakis, Spidel e Simpson (2005) esclarecem que “um corpo crescente de evidências sugere que fatores genéticos podem contribuir para a violência e agressão humana” (p. 65). Esses estudos apontam que mutações genéticas podem diminuir a atuação da enzima cerebral monoamina oxidase A (MAOA), a qual tem sido associada a comportamento social anormal, agressividade impulsiva e tentativa de violação, dentre outros.

Já a segunda proposição que aponta para o papel da aprendizagem, sugere que os padrões violentos são aprendidos ao longo da interação do indivíduo com seu meio. Nesse sentido, estão a proposição de Carvalho Neto, Alves e Baptista (2007) de que comportamentos agressivos podem ser aprendidos por meio de regras fornecidas pelo grupo social (tese defendida aqui); a proposição de Andery e Sérgio (2001) de que a violência em nossa sociedade é tão frequente e disseminada que nos acostumamos a ela e “não mais nos damos conta de que outras formas de relação seriam possíveis” (p. 385); e a de Sidman (2011) de que o efeito imediato para aquele que controla aversivamente outrem é fortemente reforçador; e a proposta de Gomide (2000) de que indivíduos aprendem a responder agressivamente a partir da observação de modelos que tem seus comportamentos agressivos reforçados.

Ainda de acordo com Gomide (2000), a produção teórica da área tem demonstrado que os homens imitam mais comportamentos agressivos que as mulheres, em grande parte pelas regras sociais diferenciadas para meninos e meninas, em que é ensinado às meninas, desde muito cedo, que a agressão física é um comportamento indesejável para o gênero feminino. Já os meninos convivem com comportamentos de luta e aprendem que esse é um método efetivo para resolver conflitos.

Por fim, Janssen, Nicholls, Kumar, Stefanakis, Spidel e Simpson (2005) assinalam que são necessárias novas pesquisas que investiguem a interação ambiente-genes e que os novos modelos explicativos da violência contra a mulher apontam para abordagens multidisciplinar que envolvem vários níveis (molecular, individual e cultural).

Neste contexto, encontra-se a Análise do Comportamento que compreende o comportamento como multideterminado pelo processo de variação e seleção, que ocorre em três níveis: 1) filogenético – que envolve a seleção de determinados genes e a consequente predisposição para agir de uma determinada maneira; 2) ontogenético – em que o indivíduo age de forma variável, desde a concepção, alterando o ambiente e esse por sua vez seleciona repertório; e 3) cultural – em que o ambiente social seleciona comportamentos importantes para aquele grupo. Nessa abordagem nenhum dos níveis assume papel preponderante, pois o importante é como esses níveis se inter-relacionam (Boas, Banaco, & Borges, 2012).

Assim, pode-se dizer que todo comportamento, como o uso de violência contra a parceira, resulta do entrelaçamento de fatores genéticos, experiências diretas e/ou experiências transmitidas pelo grupo social (Boas, Banaco, & Borges, 2012).

Destacou-se aqui especialmente a influência do terceiro nível, através de regras descritivas que são propagadas em nossa comunidade verbal, na instalação dos padrões de violência contra a mulher. Por fim, Woodin e O’Leary (2009) defendem que o que mais pode conduzir a perpetração da violência contra a mulher não são as regras sociais em si que descrevem os papéis tradicionais de gênero e sim a tolerância da sociedade, em função dessas regras, frente a esses atos agressivos.

Limitações e Sugestões

Avaliando a pesquisa realizada, cabe ressaltar, conforme Carlotto e Palazzo (2006), alguns fatores negativos das pesquisas com questionários que podem explicar a baixa concordância total com as afirmativas propostas. Os fatores giram em torno basicamente do indivíduo, muitas vezes, não discriminar com clareza os controles (como as regras sociais) aos quais está submetido, o que dificultaria a identificação com as afirmativas do questionário aqui proposto; e que algumas afirmativas do instrumento podem controlar respostas

que não correspondem ao que pensam ou falam, uma vez que poderia ser socialmente punitivo concordar com algumas frases contidas no instrumento.

Outros fatores que podem ter controlado as respostas dos participantes, foi a utilização da alternativa “concordo parcialmente” que pode ter funcionado como fuga para aquelas pessoas que não queriam tomar uma posição entre os extremos; e também por todas as entrevistadoras serem do sexo feminino, que podem ter funcionado como estímulo aversivo para os participantes do sexo masculino, ao responderem o questionário, os quais podem ter ficado sob controle desta variável.

Considerando a importância do tema sugere-se que novas pesquisas sejam realizadas, com maior controle da variável escolaridade (levando em consideração os níveis fundamental, médio, técnico e nenhuma escolaridade), com uso de regras menos explícitas, com pessoas de ambos os sexos para a coleta de dados e com uso de alternativas dicotômicas do tipo verdadeiro e falso.

REFERÊNCIAS

- Adeodato, V. G., Carvalho, R. dos R., Siqueira, V. R. de & Souza, F. G. de M. (2005). Qualidade de vida e depressão em mulheres vítimas de seus parceiros. *Rev. Saúde Pública*, 39(1), 108-113.
- Andery, M. A. P. A & Sério, T. M. A. P. (2001). A violência urbana: Aplica-se à análise da coerção? In: R. A. BANACO (Org). *Sobre comportamento e cognição: aspectos teóricos, metodológicos e de formação em análise do comportamento e terapia cognitivista* (pp. 382-392). Santo André, SP: ESETEC Editores Associados.
- Boas, D. de L. O. V., Banaco, R. A. & Borges, N. B. (2012). Discussões da análise do comportamento acerca dos transtornos psiquiátricos. In: N. B. Borges, F. A. Cassas (Orgs). *Clínica analítico-comportamental: aspectos teóricos e práticos* (pp. 95-101). Porto Alegre: Artmed.
- Carlotto, M. S. & Palazzo, L. S. (2006). Síndrome de burnout e fatores associados: Um estudo epidemiológico com professores. *Cadernos de Saúde Pública*, 22(5), 1017-1026.
- Carvalho Neto, M. B. de C., Alves, A. C. P. & Baptista, M. Q. G. (2007). A “consciência” como um suposto antídoto para a violência. *Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva*, 9(1), 27-44.
- Convenção de Belém do Pará. (1994). *Convenção interamericana para prevenir, punir e erradicar a violência contra a mulher*, Recuperado em 13 agosto, 2011, de <http://www.campanapuntofinal.org/pdfs/belempdf.pdf>.
- Correia, K. M. L. & Borloti, E. (2011). Mulher e depressão: Uma análise comportamental-contextual. *Acta Comportamental*, 19(3), 359-373.
- Costa, N. & Barros, R. da S. (2010). Cúme: uma interpretação analítico-comportamental. *Acta Comportamental*, 18(1), 135-149.
- Deeke, L. P. (2007). *A dinâmica da violência a partir dos discursos da mulher agredida e de seu parceiro*. Dissertação, Programa de Pós-Graduação em Saúde Pública, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.
- De Rose, J. C. (1993). Classes de estímulos: implicações para uma análise comportamental da cognição. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 9(2), 283-303.
- Ferreira-Santos, E. (2003). *Cúme: O medo da perda*. São Paulo: Claridade.
- Flynn, A. & Graham, K. (2010). “Why did it happen?” A review and conceptual framework for research on perpetrators’ and victims’ explanations for intimate partner violence. *Aggression and Violent Behavior*, 15(3), 239-251.
- Fontana, M. & Santos, S. F. dos. (2001). *Dossiê violência contra a mulher*. Acessado em 29 junho, 2011, em: <http://www.redesaude.org.br/Homepage/Dossi%EAAs/Dossi%EA%20Viol%EAncia%20Contra%20a%20Mulher.pdf>.

- Gomes, N. P., Diniz, N. M. F., Araújo, A. J. de S. & Coelho, T. M. de F. (2007). Compreendendo a violência doméstica a partir das categorias gênero e geração. *Acta Paulista de Enfermagem*, 20(4), 504-508.
- Gomez, A. M., Speizer, I. L. & Moracco, K. E. (2011). Linkages between gender equity and intimate partner violence among urban Brazilian youth. *Journal of Adolescent Health*, 49(4), 393-399.
- Gomide, P. I. C. (2000). A influência de filmes violentos em comportamento agressivo de crianças e adolescentes. *Psicologia Reflexão e Crítica*, 13(1), 127-141.
- Guimarães, R. P. (2003). Deixando o preconceito de lado e entendendo o behaviorismo radical. *Psicologia Ciência e Profissão*, 23(3), 60-67.
- Janssen, P. A., Nicholls, T. L., Kumar, R. A., Stefanakis, H., Spidel, A. L., & Simpson, E. M. (2005). Of mice and men will the intersection of social science and genetics create new approaches for intimate partner violence? *Journal of Interpersonal Violence*, 20(1), 61-71.
- Krug, E. G., Dahlberg, L. L., Mercy, J. A., Zwi, A. B. & Lozano, R. (Eds.). (2002). Relatório mundial sobre violência e saúde. Genebra, Organização Mundial de Saúde.
- Lacerda, L. G. (2010). *A relação entre comportamentos emocionais ciumentos e violência contra a mulher: um estudo sob o enfoque analítico-comportamental*. Monografia, Departamento de Psicologia, Universidade Federal do Maranhão, São Luís.
- Paracampo, C. C. P., Albuquerque, L. C. de, Carvalló, B. N. & Torres, S. M. (2009). Análise do controle por regras apresentadas em histórias infantis. *Revista Brasileira de Análise do Comportamento*, 5(2), 107-122.
- Pasquali, L. (1998). Princípios de elaboração de escalas psicológicas. *Revista de Psiquiatria Clínica*, 25(5), n. p.
- Puente, S. & Cohen, D. (2003). Jealousy and meaning (or nomeaning) of violence. *Personality and Social Psychology Bulletin*, 29(4), 449-460.
- Sant'Ana, V. L. P. (2003). Identidade sexual e identidade de gênero. In: M. Z. da S. Brandão, F. C. de S. Conte, F. S. Brandão, Y. K. Ingberman, C. B. de Moura, V. M. da Silva, & S. M. Oliane (Orgs). *Sobre comportamento e cognição: clínica pesquisa e aplicação* (pp. 154-161) v. 12. Santo André, SP: Esetec Editores Associados.
- Schraiber, L. B. et al. (2007). Prevalência da violência contra a mulher por parceiro íntimo em regiões do Brasil. *Revista de Saúde Pública*, 41(5), 797-807.
- Sidman, M. (2011). *Coerção e suas implicações*. Campinas, SP: Livro Pleno.
- Sinclair, L. C. A. (2010). Por que a mulher permanece em um relacionamento violento? In: L. C. de A. Williams, J. M. D. & Maia, K. de S. A. Rios (Orgs). *Aspectos psicológicos da violência: pesquisa e intervenção cognitivo-comportamental* (pp. 84-91). Santo André, SP: ESETEC Editores Associados.
- Trovão, R. C. (2011). *A relação entre comportamento emocional ciumento e violência contra a mulher: uma investigação baseada em relato de mulheres vítimas de violência*. Monografia, Departamento de Psicologia, Universidade Federal do Maranhão, São Luís.
- Zaleski, M., Pinsky, I., Laranjeira, R., Ramisetty-Mikler, S. & Caetano, R. (2010). Violência entre parceiros íntimos e consumo de álcool. *Revista de Saúde Pública*, 44(1), 53-59.
- Williams, L. C. de A., Maia, J. M. D. & Rios, K. de S. A. (2010). *Aspectos psicológicos da violência: pesquisa e intervenção cognitivo-comportamental*. Santo André: ESETEC Editores Associados.
- Woodin, E. M. & O'Leary, K. D. (2009). Theoretical approaches to the etiology of partner violence. In: D. J. Whitaker, J. R. Lutzker (Eds.). *Preventing partner violence: Research and evidence-based interventions strategies* (pp. 41-65). Washington: American Psychological Association.

Received: October, 06, 2013
Accepted: December, 01, 2013